

# Congresso sem dinheiro para salários

29 MAI 1990

ney ter concedido o aumento real de janeiro.

De janeiro a abril deste ano, a folha de pessoal apresentou um aumento real da ordem de 58% em relação a igual período de 1989, segundo dados do Tesouro. Isso significa que o funcionalismo ganhou, em média, aumento real de salário correspondente a esse percentual. E os órgãos que tiveram sua dotação esgotada antes dos demais concederam aumentos superiores, uma vez que o tratamento orçamentário foi igual para todos e apenas alguns estão sem dinheiro para pagar.

Em junho, se o Legislativo ainda não tiver aprovado a nova proposta orçamentária — o Governo enviará projeto em separado para pessoal e depois para as demais rubricas —, a grande maioria dos Ministérios terá problemas para pagamento de seus servidores, no início de julho (o Executivo paga com alguns dias de atraso, enquanto o Legislativo e Judiciário pagam no próprio mês trabalhado).

A proposta de correção dos gastos com pessoal, atualmente em fase de exame pelo Ministério da Economia, prevê corte real de 10% sobre os gastos com a folha do mês (em abril, essa despesa foi da ordem de Cr\$ 132 bilhões). A partir de julho, o corte mensal será de 25%, exigindo um novo esforço de contenção destes gastos.

O GLOBO

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — As dotações orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional, para pagamento de pessoal, já começaram a se esgotar este mês, segundo o Diretor do Departamento do Tesouro, Roberto Figueiredo Guimarães. A Câmara dos Deputados, o Senado, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e praticamente toda a Justiça do Trabalho não conseguiram obter do Tesouro Nacional repasses de verbas suficientes cobrir para a folha integral do mês, que normalmente é paga no dia 25.

— Enquanto não houver autorização do Legislativo, o Departamento do Tesouro não vai autorizar o repasse de um centavo sequer para pagar pessoal — disse o Diretor do Departamento do Tesouro.

O Poder Executivo deverá enviar ao Congresso, ainda esta semana, um projeto de lei propondo a abertura de créditos para pagamento de pessoal.

Segundo Roberto Figueiredo Guimarães, as dotações foram rapidamente esgotadas por dois motivos: o orçamento para 1990 foi elaborado em junho de 1989, antes de a Justiça determinar o pagamento dos 26,06% do Plano Bresser ao funcionalismo e antes de o então Presidente José Sar-